

Introdução

Para uma sociologia das cidades

A emergência de novos temas de estudo criados pela reformulação da análise social reclama um conceito de cultura suficientemente ágil para englobar tanto o trabalho feito de acordo com as regras clássicas como os projetos excluídos ou considerados marginais.

Renato Rosaldo, *Culture and Truth*, 208.

Muito recentemente, duas colegas brasileiras, estudiosas das questões urbanas – Paola Berenstein Jacques e Margareth da Silva Pereira – trouxeram à luz a proposta de uma *nebulosa* do pensamento urbanístico (Jacques e Pereira 2018). Declaro-me adepto daquilo que a proposta envolve, quando é da matéria urbana que trato neste livro. A meu ver, a *nebulosa* de que Paola Berenstein Jacques e de Margareth da Silva Pereira estão a tratar remete para uma capacidade de descobrir e juntar narrativas e práticas (modos de pensar e de fazer) de um mundo urbano de contornos espaciais indefinidos e de limites temporais incertos. Remete também tanto para circunstâncias momentâneas da vida social como para os vestígios e fragmentos de que esta é feita. A constelação de Paola Berenstein Jacques e de Margareth da Silva Pereira pretende ir além do vulgar apelo à interdisciplinaridade e não se limita aos enunciados da liquidez e da porosidade das coisas, do arquipélago das disciplinas ou da ecologia dos saberes. É uma proposta em que o tempo da investigação e o tempo da realidade urbana se diluem em outros múltiplos tempos, que interferem com as noções que temos do espaço e das paisagens dos suís e dos nortes que se entrecruzam e refazem a cada instante no mundo de hoje.

Quando aqui enuncio um discurso sobre *velhas cidades e novíssimas metrópoles* não pretendo falar de um espaço fixo, mas de uma transgeografia urbana que se tornou sistêmica e questiona delimitações instituídas. Com este discurso não quero significar um tempo linear, mas um tempo sincrónico, senão mesmo anacrónico, de sobreposições intrincadas que mistura, funde e faz convergir intrincadas realidades urbanas. Todas essas realidades, pujantes ou irrelevantes por igual, irrompem na agenda da investigação sobre cidades e são as ideias que fazemos delas que se tornam difusas, sem a clareza dos limites, como num qualquer céu recheado de *nebulosas*, constelações diversas e outras rugosidades.

A proposta da *nebulosa* de que estou a falar, quando aplicada ao domínio das cidades, representa um desafio à Sociologia Urbana e à sua consabida dificuldade em lidar com os tempos e os espaços das sociabilidades urbanizadas. A direção de uma tal constelação indica uma visão nova da condição de cidade, em que contam também os modos de pensar e as práticas de viver a urbanidade contemporânea. O que é velho na cidade de hoje renova-se a cada instante. Inversamente, o que é novo, ou novíssimo, não escapa a tradicionalismos de vária ordem. O marginal(izado) e o fragmento tornam-se intensamente centrais, tal como, ao invés, o dominante se dilui e deixa dissolver. As cidades são o mundo inteiro e uma ínfima parcela sua, ao mesmo tempo. Obrigam-nos a vê-las juntas como se se tratasse de uma unidade, mas também separadas como múltiplos atores isolados. Por isso, gostaria de pensar que a Sociologia Urbana, envolta na *nebulosa do pensamento* sobre o urbano, possa transfigurar-se em Sociologia das Cidades. A um tempo unitária e fragmentada.

As profundas e recentes transformações urbanas não têm tradução clara na agenda da Sociologia Urbana que conhecemos enquanto disciplina académica. Esta continua demasiado dependente do paradigma resultante da análise das velhas cidades industriais de meados do século XIX europeu e norte-americano. As *novíssimas metrópoles* do Sul global de hoje, testemunhos inegáveis do incomensurável do (pós)moderno *aceleracionismo* urbano e cultural, permaneceram ausentes, décadas a fio, da agenda sociológica convencional a que escapam também os modos de vida e as práticas sociais de largos milhões de seres humanos que as produzem, habitam e transformam.

Essa desigual condição do *mundo de cidades* de hoje traduz uma perniciosa cegueira, que sendo cognitiva, julgamos ser resolúvel

com a revisão dos limites teóricos e metodológicos da disciplina adequados às situações históricas dos lugares. A esperança da renovação epistêmica da Sociologia Urbana é a da sua confrontação com os desafios dos novos agentes e espaços da urbanidade metropolitana e com a presença e o reconhecimento de cidadãos urbanos *outros* que imprimem diversidade à cultura, exercitam outras linguagens, comportamentos e valores e renovam o viver urbano ao expor a plasticidade de uma cidade que, relapsa, extravasa os manuais disciplinares.

Da mesma maneira que nem tudo o que constitui a prática e a vida da cidade se ensina na Sociologia Urbana, também é vasto o campo do que se aprende na academia sem poder relacionar-se com aquelas práticas de todos os dias. Entre estes universos há um vazio que, como bem sabem os pedagogos, se espria no *currículum* informal da missão educativa. É amplo também o *currículum* informal do quotidiano urbano que tem escapado ao escrutínio da sociologia. É aí, todavia, que reside um amplo campo de esperança e de possibilidades de atualização e de renovação da Sociologia Urbana. De modo semelhante, é amplo também o modo informal de viver na cidade que constitui a grande fonte do desejável enriquecimento da Sociologia Urbana e da sua capacidade explicativa.

O mosaico cultural que a cidade representa altera-se e pluraliza-se a cada momento e transforma-se em função das geografias políticas. Por isso, a atualização da sociologia há de ser o resultado de uma esperançosa abertura às variadas e constantes metamorfoses do urbano. Que esse incremento derive diretamente da cidade formal ela própria, mas também do seu *currículum* informal, parece ocioso sustentar. A cidade de hoje revela-se muito distanciada culturalmente das suas congêneres anteriores e passou a albergar sujeitos, objetos e modos de vida totalmente insuspeitados há poucas décadas, do mesmo modo que se acomoda a inesperadas e súbitas (re)configurações sociais da urbanidade. Todavia, nenhuma destas situações impede a sociologia de hoje de recorrer aos entendimentos do passado para tentar decifrar realidades persistentes no tempo e validar a sua coerência.

Estas são as linhas orientadoras da primeira Parte I deste livro. São as macronarrativas oriundas do passado da Sociologia Urbana que se procuram escrutinar nos três ensaios iniciais, colocando-as perante outros tantos desafios contemporâneos. O lastro adotado para esse escrutínio é o centenário entendimento de Georg Simmel

sobre a vida urbana, desmultiplicado na análise das *novíssimas metrópoles*, a pertinência teórica comparada e a sua explicação do lugar que a ruína do passado tem no presente.

A descanonização das disciplinas académicas processa-se, sem dúvida, pela releitura crítica dos seus antecedentes teóricos. Mas não apenas pela via da renovação teórica se libertam as disciplinas das marcas conservadoras do passado. A esperança de renovação da Sociologia Urbana é subsidiária, por exemplo, da sua capacidade de acomodação a novos objetos e a novas abordagens metodológicas, em grande parte enunciados uns e experimentadas outras pela atividade investigativa de diferentes campos disciplinares. Este é o rumo do diálogo da Sociologia Urbana com outras vozes. Nem sempre a Sociologia Urbana soube aceitar as inquietações e as propostas de disciplinas como a Psicologia, ou a História, ou a Geografia. A arrogância disciplinar constitui ameaça à renovação e ao trilhar de trajetos paralelos que podem engrandecer os questionamentos de partida e os pontos de chegada da investigação em Sociologia.

Na Parte II, incluem-se textos que abordam matérias que a Sociologia surge a partilhar com a Psicologia e o turismo, com a história dos patrimónios e do seu futuro e, por fim, com a Geografia e a territorialização da cultura. Cada um destes capítulos, à sua maneira, interroga situações urbanas cuja interpretação decorre de processos sociais e políticos que interferem com a explicação sociológica e a tornam forçosamente porosa. A porosidade disciplinar é essa via dupla por onde a lógica interpretativa e metodológica do passado disciplinar se cruza e hibridiza com lógicas analíticas contemporâneas e desafiam as fronteiras dos objetos observados.

A observação da realidade urbana é um expediente que atende a realidades e práticas compósitas fundadas em comportamentos individuais e arranjos societais singulares. À semelhança do que ocorre na etnografia urbana, a abordagem sociológica da cidade e das suas espacialidades encontra-se, as mais das vezes, subordinada à ritmicidade dos acontecimentos. Os objetos urbanos parecem, então, ser quem realmente observa quem os pretende observar. Não se trata da mera inversão de lugares, mas um modo de se deixar ir ao sabor da riqueza sociológica dos dados e da realidade. A sociologia clássica chamou *serendipidade* a esta suspensão dos guiões formais da investigação. Conduz à infor-

malidade do *currículum* da cidade e ao fluir ziguezagueante da produção de conhecimento urbano. É uma experiência cheia de virtudes e de riscos.

Por fim, as três micronarrativas da Parte III do livro, acompanham a busca do imprevisto cidadão e da urbanidade inesperada. Essa é a virtude da serendipidade procedimental da investigação que ganha expressão assinalável, mormente no texto sobre o caminhar na cidade. Sem o explicitar, o não dito do texto refere-se a comportamentos impostos pela era do antropoceno, como ecossistema global contemporâneo em relação direta com a ação humana e as políticas de sustentabilidade. O dito expresso do livro, ao contrário, refere-se aos benefícios da lentidão e do reconhecimento do tempo e do espaço vividos, contra o *aceleracionismo cultural* da cidade e em favor da ameaçada interação humana. Contudo, apresentam-se também riscos contidos nesta Parte do livro. Tais riscos são os que, por um lado, nos conduzem ao interior das casas/domicílios onde se encontra o cadinho da sempre renovada individualidade suprema dos sujeitos, a reclamar pelo seu espaço individualizado para nele se expor à *selfie* e se vangloriar consigo mesmo. Por outro lado, com guião prévio ou navegação oscilante, a investigação pode deparar-se com o risco da invisibilização de parcelas da vida urbana. O risco de não se poder captar o que a cidade revela e esconde é ampliado sempre que a cegueira cognitiva resulta de uma limitada capacidade interrogativa, teórica e metodológica.

O fim dessa cegueira é, portanto, a grande esperança da Sociologia Urbana do futuro. Sabemos como foi longamente cultivada por um olhar seletivo virado para o centro e uma observação enviesada e distraída sobre tudo o que podia parecer lateral e periférico e, logo, declarado ausente e não existente. Aí se cavou o mundo profundamente fraturado e desigual das cidades. Essa fratura histórica das cidades alimentou os primeiros passos da Sociologia Urbana, celebrada a partir dos escritos de Georg Simmel. Trata-se de uma Sociologia euro-americana calcada sobre a realidade urbana fruto da industrialização de meados do século XIX, sobre um conjunto restrito de cidades (Manchester, Paris, Londres, Berlim, Nova Iorque, Chicago). O fulgor capitalista e a política colonial da época remeteram as *outras cidades*, que não as capitais imperiais e industrializadas, para a margem do conhecimento académico. Aí permaneceriam apesar das incursões, mal-sucedidas

diga-se, dos estudos urbanos em territórios periféricos, como sucedeu no período de entre guerras, quando, a partir de Chicago, a disciplina se espalhou por geografias norte-americanas e latino-americanas particulares, com destaque para a chamada Escola de Chicago e a CEPAL.

A retoma europeia dos estudos urbanos ocorreria no período de recomposição pós-bélica e foi principalmente obra do pensamento *engagé* de Henri Lefebvre que – a partir de França – daria um novo impulso às cidades da não-Europa, revelando a potente transgeografia do fenómeno urbano. Não se tratou apenas de uma questão de geografia e de realocação do trabalho sociológico sobre as cidades. Foi também uma reflexão sobre os espaços-tempos que dedicados seguidores e comentadores de Lefebvre haveriam de tratar posteriormente como uma «categoria pensada e investigada como condição e resultado de processos sociais» (Löw 2013, 18).

Mais significativa foi a reviravolta política do pós-guerra que a nova Sociologia – Sociologia das Cidades – sofreu quando o dominante descritivismo metodológico norte-americano colapsou em virtude da proclamação do sempre marginalizado lugar do político na análise das cidades. *O Direito à Cidade* de Lefebvre constitui a marca epistemológica dessa proposta de reconversão das agendas das modernas urbanidades cosmopolitas. O Estado, a conflitualidade urbana, os movimentos sociais, a história e a ritmicidade dos lugares, a sua estética, incluindo a estética da marginalidade, ganhariam expressão sem precedência no estudo da *produção da cidade*.

Adensou-se, entretanto, o conjunto dos temas novos que a convencionalidade disciplinar da velha Sociologia ignorava com persistência. Com a descolonização, as cidades do Sul global cresceram de modo rápido e intenso. Contudo, em modo de observação distraída, a disciplina optou por fazer destacar as cidades globais. O centro da gravidade urbana global, ou o chamado «milénio urbano», entretanto, deslocou-se à medida que as antigas metrópoles ocidentais cederam o passo às *novíssimas metrópoles* africanas, asiáticas e latino-americanas que as ultrapassariam em número de residentes e as haveriam de confrontar com outros modelos de organização e governança. O seu presente obriga a reescrever o seu passado e o seu futuro que são passados partilhados com um novo mundo urbano global.

A regra do crescimento demográfico deste Sul global invalidou, de um momento para o outro, aquilo que fora assumido como regra

universal da expansão urbana. Estas cidades multiplicam-se não, como se julgava anteriormente, em resultado da industrialização, mas apesar da ausência da indústria. O seu crescimento ocorreu não em virtude da oferta de emprego, mas antes em condições da sua mais gritante penúria de emprego. Este Sul global urbano cresce agora, não com o apoio institucional do Estado e das políticas públicas (saúde, habitação, educação, transportes), mas na sua mais chocante ausência e negatividade. Crescem, isso sim, apoiadas em criativas e estratégicas expressões de informalidade urbana que a visão restrita da Sociologia trata como não-existências. Assim acontece também com a *sub*-cidadania e a *sub*-vivência – a expressão parece mais adequada – das extensas *slums* e favelas e a liminaridade do mundo pobre onde grassa uma inesperada criatividade periférica, no campo da produção, da habitação, da empregabilidade, das artes e das solidariedades, enfim, de uma informalidade sempre vigiada pelos controles policiais.

Não creio que a renovação da disciplina sociológica das cidades deva proceder através da eliminação dos antigos objetos, métodos e teorias, substituídos pelos novíssimos cenários da urbanidade do Sul global. Mais que isso, a esperança de que a renovação teórica venha a ser ancorada na urbanidade do Sul global não pode, como Edward Said preveniu há muito, tornar-se «armadilha ideológica» que escape à vigilância epistemológica e possa surgir como invertida mundividência (Said 1983, 241), no mesmo sentido da advertência de Renato Rosaldo que serve de epígrafe a esta introdução. O que creio ser a esperança desta renovação é pôr fim à desclassificação das *novíssimas metrópoles* do Sul global e tratá-las como reais objetos sociológicos. As velhas cidades da sociologia devem partilhar, lado a lado com estas *novíssimas metrópoles*, as agendas mais criativas e sólidas do pensamento sociológico atento à unidade do desconcertante urbano global. Talvez possamos começar por reconfigurar a velha Sociologia Urbana e passar a tratá-la como se de uma *nebulosa* se tratasse. Chamemos-lhe Sociologia das Cidades, em vista do carácter incomensurável das cidades e da diversidade urbana que elas expressam, assim como da fusão dos tempos e dos espaços que enunciam.

O contributo deste livro para essa revolta epistémica é assumidamente limitado. Por um lado, por abordar realidades urbanas europeias, embora a partir de uma perspectiva interdisciplinar. Por outro lado, por se tratar da reedição de textos isolados surgidos originalmente em várias publicações. É por isso devido o agrade-

cimento às editoras Imprensa da Universidade (Coimbra, cap. 1), Letra Capital (Rio de Janeiro, cap. 3) e Compasso/Lugar/Cultura (Porto Alegre, cap. 7) e também às seguintes publicações periódicas: *Cadernos da Metrópole* (cap. 2), *Revista Crítica de Ciências Sociais* (cap. 4), *Revista do Património* (cap. 5), *Terra Plural* (cap. 6), *Revista Brasileira de Sociologia* (cap. 8) e *Tempo Social* (cap. 9).

A diversidade dos objetos que este *Cidades e Urbanidades* mobiliza é fruto, também ela, do convívio – ou será contágio? – com muitas sociologias e outras descrições. Para ser justo, a Sociologia brasileira das cidades tem reconhecido relevo entre elas. Quero por isso registar a dívida intelectual que tenho para com tantos e tantas colegas do Brasil, desde logo fruto da intensa cooperação científica que construímos no quadro da Rede Brasil-Portugal de Estudos Urbanos. Todos fazem parte do meu exército de leitores imaginados, presentes por detrás de cada uma das palavras contidas neste livro.

Por outro lado, quero também agradecer aos *compagnons de route* de sempre nestas andanças pelas cidades e pelas urbanidades. Claudino Ferreira, Paulo Peixoto, Paula Abreu, Luis Vicente Baptista, João Teixeira Lopes e José Machado Pais a quem reconheço uma enorme dádiva intelectual que desconhecem. Por fim, aos meus estudantes do doutoramento em *Sociologia: Cidades e Culturas Urbanas*, também eles leitores atentos e sempre desafiantes destes escritos, fico grato pelo modo como os leram e criticaram. Cada uma das ideias desajustadas deste *Cidades e Urbanidades*, porém, é da minha única responsabilidade.

A quem se apreste a vaguear pelas páginas deste livro, desejo que encontre nele motivos suficientes para frutíferos e *nebulosos* percursos urbanos.